



GT 023. Antropologia, gênero e saúde no contexto neoliberal e neoconservador no Brasil: desafios e estratégias de enfrentamento

Rozeli Maria Porto (UFRN) - Coordenador/a, Mônica Franch (Universidade Federal da Paraíba) - Coordenador/a

Nas últimas décadas, o avanço na pesquisa antropológica sobre as articulações entre gênero, saúde e sexualidade tem evidenciado problemáticas importantes no campo dos Direitos Humanos e fundamentais. Reflexões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva de mulheres e homens, em suas várias orientações de gênero e sexualidade, têm provocado aos pesquisadores em um campo moral a pensarem no entrecruzamento desses direitos com diferentes marcadores sociais da diferença. Essas questões se tornam urgentes num contexto hodiernamente sombrio no país, marcado pela implantação de um projeto econômico e socialmente excludente, que está levando ao desmonte de políticas públicas de saúde. Os direitos relativos ao aborto, ao parto humanizado, o acesso a serviços de saúde para travestis e transexuais ou, ainda, a prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis, como o HIV/Aids, estão cada vez mais ameaçados diante de tais circunstâncias. Frente aos desafios impostos por esse contexto neoliberal e neoconservador, a proposta deste GT é refletir sobre as estratégias teóricas, metodológicas e políticas que estamos desenvolvendo no cotidiano de nossas pesquisas em torno das questões de gênero, saúde e sexualidade. Podem girar em torno de temas como maternidade, aborto, HIV/Aids, Tec. Reprod., diversidade sexual e transexualidade, e suas articulações entre gênero, classe, raça, etc; relações e/ou conflitos com o Estado; fluxos de poder, influências políticas, morais e/ou religiosas.

Trânsitos relativos ao HIV/AIDS na rede de atenção à saúde

Autoria: Ivia Maksud, Eduardo Alves Melo Rafael Agostini

Tradicionalmente, o "cuidado" às pessoas com HIV/AIDS no SUS se deu/dá em ambulatórios ou centros de referência, restando à atenção básica a realização de ações de prevenção/educação em saúde, a solicitação de testes diagnósticos e aconselhamento. Entre os anos 2011 e 2012, no bojo da política de redes temáticas, o Ministério da Saúde passa a estimular novas ações na atenção básica, com destaque para os testes rápidos (gravidez, sífilis, HIV) e maior incentivo para o tratamento de pessoas com sífilis. A partir de 2013, o MS passa a incentivar também o acompanhamento (não apenas a oferta de testes rápidos e aconselhamento) de pessoas com HIV na atenção básica dos municípios. Simultaneamente, alguns municípios do Brasil - como Curitiba e Rio de Janeiro - também passaram a realizar ações para descentralização do cuidado a pessoas com HIV para a atenção básica. A pesquisa que dá suporte a essa apresentação objetiva, em linhas gerais, analisar o "cuidado" a pessoas vivendo com HIV/AIDS no âmbito da atenção básica e na atenção especializada, bem como a relação entre essas duas esferas. A pesquisa está sendo realizada em unidades de saúde da cidade do Rio de Janeiro e envolve a participação de múltiplos atores, posicionados em diferentes espaços sociais. Pretendemos discutir no GT os aspectos teóricos-metodológicos para a entrada e permanência neste complexo campo e alguns resultados preliminares. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, ancorada na interlocução entre a literatura das Ciências Sociais com a área de Política, Planejamento e Gestão em saúde, e que tem se beneficiado de um conjunto de métodos e técnicas, tais como estudo de caso, observação participante, trajetórias assistenciais de pessoas vivendo com HIV/AIDS, entrevistas e/ou grupos focais com gestores e profissionais de saúde. Todavia, trata-se, fundamentalmente, de um campo não monolítico, que está em permanente construção ao longo do tempo, e, por dialogar com vários saberes, nos exige lidar com distintos pertencimentos epistemológicos e metodológicos. Em nossas andanças e análises, temos sido surpreendidos pelos diferentes pontos de vista acerca da temática da



descentralização do cuidado às pessoas com HIV/AIDS na rede de saúde. É nesse sentido que, a partir de uma análise preliminar dos dados, apontamos um conjunto inicial de questões para provocar o debate sobre os sentidos da atenção às pessoas vivendo com HIV/AIDS num período marcado por trânsitos de diversas ordens, entre diferentes pontos de vista e unidades de atenção à saúde. Tais questões dizem respeito às representações sobre assistência ofertada para e recebida por pessoas vivendo com HIV/AIDS que colocam em xeque noções aparentemente estabilizadas como “básico” e “especializado”.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

